

TERMO DE REFERENCIA

PREGÃO Nº XX/SUB-SE/2026

PROCESSO SEI Nº 6056.2026/0006642-9

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE GRAMAS E MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS, conforme especificações e quantitativos descritos na tabela abaixo;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, e neste Termo de Referência;

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento do Plano Orçamentário da Subprefeitura - Sé;

2.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.3.1. Contratação de empresa para fornecimento de **GRAMAS E MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS**, conforme tabela discricionária abaixo;

2.3.2. Se justifica a **AQUISIÇÃO DE GRAMAS E MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS** visto que a manutenção das áreas ajardinadas existentes e a criação de novas áreas ajardinadas se faz necessária no perímetro de abrangência da Subprefeitura Sé. Importante destacarmos que atualmente em nossa área Administrativa, possuímos aproximadamente 1.500.000 m² de áreas permeáveis, que compreendem: Praças; Áreas Livres; Taludes; Canteiros Centrais e Laterais; entre outras áreas verdes;

2.3.3. Esta Subprefeitura também desenvolve diversos projetos de paisagismo com o foco no aumento das áreas permeáveis e a diminuição das áreas alagadiças, bem como o aumento da sensação de bem estar dos munícipes, projetos tais como: Jardim de Chuva; Biovaletas; Recuperação de Taludes e Canteiros Centrais; Vaga Verde; Revitalização de Praças e Implantação de Novas Áreas Verdes;

2.3.4. Observando as dimensões apresentadas bem como o grande fluxo de moradores em situação de rua e/ou transeuntes nas áreas ajardinadas na circunscrição da Subprefeitura Sé, a manutenção e recuperação dessas áreas degradadas se faz necessária, visando dessa forma atender a necessidade continua da administração;

2.3.5. Por fim, conforme normativos vigentes, a aquisição que se pretende realizar tem permissivo para tal e, como a Subprefeitura não dispõe de condições materiais (máquinas, equipamentos, insumos, etc...) e humanas de realizar a atividade com recursos próprios, é necessário que se lance mão no mercado para que ela tenha meios de atuar dinamicamente no exercício de suas atividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O serviço de plantio de gramas e mudas de plantas ornamentais consiste em um serviço constante desta Subprefeitura Sé, por isso os itens aqui ajustados além de serem perecíveis, possuem uma utilização costumeira, sendo desta forma necessário a reposição destes itens plantados durante o exercício anterior;

3.2. A solução consiste na **AQUISIÇÃO DE GRAMAS E MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS**, conforme especificações e quantitativos constantes na tabela discricionária abaixo).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Brasil possui um clima tropical e com isso é sabido que tanto as gramas quanto as plantas ornamentais, devem possuir maior resistência as intempéries existentes em nossa área Administrativa, sendo assim, relacionamos abaixo os tipos de plantas ornamentais e gramas que mediante a experiencia adquirida através dos anos, identificamos como sendo as de maior aceitação ao clima e adversidades existentes nesta região, além dos insumos necessários para preparação de solo e manutenção das mesmas;

4.2. Tabela Demonstrativo de Especificações e Quantitativos:

LOTE 01	ITEM	QUANT.	Emb.	DESCRIÇÃO
	01	35.000	UN	CORDILINE VERMELHA (Cordyline terminalis) - maior que 0,70 m de altura
	02	35.000	UN	MOREIA AMARELA
	03	2.000	UN	CANNA INDICA VERMELHA - maior que 0,30 m de altura
	04	2.000	UN	CANNA INDICA AMARELA - maior que 0,30 m de altura
	05	2.000	UN	CANNA INDICA LARANJA - maior que 0,30 m de altura
LOTE 02	ITEM	QUANT.	Emb.	DESCRIÇÃO
	06	50.000	M²	GRAMA SÃO CARLOS
	07	10.000	M²	GRAMA ESMERALDA
	08	50.000	UN	GRAMA AMENDOIM - ensacada individualmente
	09	2.000	KG	Adubo NPK 10/10/10
	10	2.000	KG	Calcário Agrícola Dolomítico
	11	150.000	UN	CINERÁRIA (Senecio douglasii)
LOTE 03	ITEM	QUANT.	Emb.	DESCRIÇÃO
	12	25.000	UN	Alternanthera Ficoidea - Periquito Vermelho
	13	25.000	UN	LAMBARI ROXO (Tradescantia zebrina)
	14	20.000	UN	Tradescantia "Hawaiian Dwarf" (Abacaxi roxo)
	15	80.000	UN	Clorofito (Chlorophytum comosum) - maior que 0,15 cm de altura
	16	10.000	UN	Pingo de Ouro (Duranta erecta aurea) - maior que 0,20 m de altura
	17	5.000	UN	AZALEIA – Rhododendron simsii) - maior que 0,70 m de altura
	18	25.000	UN	Trapoeiraba roxa – Tradescantia pallida purpurea
	19	25.000	UN	Hemigraphis (Hera Crespa / Hera Roxa)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Com a finalidade de que a execução desse contrato ocorra dentro das expectativas, abaixo segue as condições necessárias ao fornecimento da solução aqui contida:

5.1.1 Observando o Modelo de Execução do Contrato, art. 6, parágrafo XXIII, alínea "f", da lei 14.133/2021, na sequência seguirá a análise dos itens abaixo:

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

5.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

5.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

5.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

5.6. O Contratante poderá convocar o preposto/representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

5.7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.7.1. Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao estipulado em contrato, com reajuste inclusive, se for o caso;

5.7.2. Adotar todas as providências pertinentes ao acompanhamento, fiscalização e controle do objeto contratado, indicando um técnico para a fiscalização do contrato;

5.7.3. Efetuar os pagamentos à contratada;

5.7.4. Fornecer as informações necessárias para a execução do objeto;

5.7.5. O contratante, através do gestor do contrato se responsabilizará pelo controle, entre a quantidade adquirida e a quantidade entregue;

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.8.1. O fornecimento será feito diretamente pela Contratada, em conformidade com as especificações detalhadas no item **4.2. Tabela Demonstrativo de Especificações e Quantitativos**, e edital parte integrante deste instrumento;

5.8.2. Providenciar todas as condições necessárias ao fornecimento dos materiais, objeto deste contrato;

5.8.3. Fornecer o objeto na forma e condições fixadas no **4.2. Tabela Demonstrativo de Especificações e Quantitativos**, em conformidade com o Edital de Pregão que precedeu este ajuste e demais informações constantes do referido Pregão;

5.8.4. Assinar o contrato no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento do ofício ou memorandos protocolizados;

5.8.5. Executar o objeto deste contrato diretamente ou na forma e condições previstas no edital de Pregão que precedeu este ajuste e seus anexos, vedada sua transferência ou subcontratação, total ou parcial;

5.8.6. A contratada deverá obedecer com rigor toda legislação vigente e normas estabelecidas pelos órgãos afins para plena execução do objeto ora contratado;

5.8.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de São Paulo ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente contrato;

5.8.8. A contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões;

5.8.9. Todas as obrigações decorrentes da contratação, como impostos taxas, seguro obrigatório inclusive multas na execução do contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. DA FISCALIZAÇÃO

6.1.2. O fornecimento dos materiais será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Subprefeitura Sé;

6.1.3. A fiscalização será exercida no interesse da administração e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

6.1.4. Quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Administração;

6.1.5. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos, se em desacordo com o solicitado;

6.1.6. O Fiscal de Contrato será responsável pela abertura de processo de pagamento após o devido recebimentos dos materiais e de toda a documentação enviada pelo contratado;

6.2. DO PRAZO CONTRATUAL E DO PRAZO DA ENTREGA

6.2.1. O objeto da contratação terá prazo contratual dentro do presente Exercício, e será recebido pela Contratante de acordo com os critérios fixados no “**Manual de Controle de Qualidade para Recebimento de Materiais**” aprovado pela Portaria 65/2017 – SMG de 10.06.2017;

6.2.2. O descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for;

6.2.2.1. No ato da entrega, os materiais serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Termo de Referência e da conformidade com a marca e/ou fabricante, bem como as especificações deste Termo de Referência, declinados na proposta;

6.2.2.2. Caso seja constatado que os materiais entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Termo de Referência ou não conferem com o declinado na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos materiais, pelos corretos, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas;

6.2.2.3. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade, qualidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.2.2.3.1. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

6.2.2.4. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente.

6.2.3. Ressalva-se a possibilidade de alteração das condições contratadas, em face da superveniência de normas federais ou municipais, disciplinado a matéria;


6.2.4. O objeto desta licitação deverá ser entregue, conforme detalhamento em Ordem de Fornecimento emitida pela Unidade Requisitante;

6.2.5. A entrega deverá ser feita com Nota Fiscal, Nota Fiscal-Fatura ou DANFE e agendada com antecedência;

6.2.6. A entrega do material será parcelada até o final do presente exercício de 2026;

6.2.7. Após o recebimento da “Ordem de Fornecimento”, o fornecedor terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento para entrega dos itens solicitados;

6.2.8. MODELO ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO					
 PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA SE		ORDEM DE FORNECIMENTO -nº _____ /26 de _____ de _____		PROCESSO Nº _____	
EMPRESA:- _____		CONTRATO Nº _____ SUB-SÉ/2026			
PREGÃO ELETRÔNICO - ____ /SUB-SÉ/26		NOTA DE EMPENHO _____ /2026			
ITEM	QUANT	Embal.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	0	UN		R\$	-
02	0	UN		R\$	-
03	0	UN		R\$	-
04	0	UN		R\$	-
05	0	UN		R\$	-
				R\$	-
LOCAL PARA ENTREGA: R. DAS OLARIAS, 500 - Canindé -SP-SP				PRAZO PREVISTO DE ENTREGA ATÉ _____	
Carimbo e assinatura do responsável pela autorização <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>		Carimbo e assinatura do responsável pela solicitação <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>		Responsável que recebeu a solicitação ou retirou a Ordem de Fornecimento (empresa) Nome _____ Função _____ R.G. _____	
		DATA _____ HORA _____ 00 / 00 / 2026		Data _____ / ____ / 2026	
Rua Álvares Penteado, nº 49 - Centro - São Paulo -SP - Cep 01012-001 - Fone (11) 3397-1200 - 3397-1280					

6.3. DA COMUNICAÇÃO

6.3.1. Em razão de conhecimentos anteriores, e visto que vários licitantes se encontram fora da cidade de São Paulo, e no intuito de diminuir o tempo de resposta, a comunicação entre as partes se dará através de:

6.3.1.1. A comunicação entre as partes se dará através de Correio Eletrônico (e-mail), onde serão transmitidas e recebida as informações necessárias;

6.3.1.2. Poderá ser admitida a comunicação pelos sistemas de aplicativos “Whats App”, com confirmações pelo Correio Eletrônico;

6.4. DO PAGAMENTO

6.4.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante, recebida pelo agente municipal.

6.4.2. Entrega de toda documentação necessária inclusive os discriminados na cláusula **6.2.5.**;

6.4.3. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida;

6.4.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

6.4.5. Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura;

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida;

7.3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

7.4. Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência;

7.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010;

7.6. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais;

7.7. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

7.8. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada;

7.9. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material;

7.10. O processo de pagamento deverá ser efetuado de acordo com as Portarias SF 170/2020 e 10/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO AS EMPRESAS QUE:

8.1.1. Atender todas as exigências deste termo de referência, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, condição para a utilização do sistema eletrônico – **COMPASNET**;

8.1.2. As empresas interessadas não credenciadas no SICAF, deverão verificar e apresentar junto ao órgão competente do próprio SICAF os documentos necessários ao credenciamento, observando os prazos e condições ali estabelecidos, disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras ;

8.1.3. Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

8.1.4. Não estejam sob processo de falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

8.1.5. Não estejam constituídas em forma de consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

8.1.6. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

8.1.7. Não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

8.2. HABILITAÇÃO

8.2.1. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

8.2.2. JURIDICA:

8.2.2.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

8.2.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

8.2.2.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

8.2.2.4 Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.2.2.5 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

8.2.3.3 Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

8.2.3.4 Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede da licitante;

8.2.3.4.1 No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;

8.2.3.5 Certidão de regularidade de débitos referentes ao Município de São Paulo;

8.2.3.5.1 Deverá ser apresentada a certidão conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Paulo. Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários Inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

8.2.3.5.2 Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo do Anexo III;

8.2.3.6 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7 Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);

8.2.3.8 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

8.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.4.1 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

8.2.4.1.1. Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação previstos neste Edital;

8.2.4.1.2. Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil ou documento equivalente;

8.2.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.2.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, em cópia acompanhada do original ou autenticada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e a favor da empresa Licitante, que comprove a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação;

8.2.5.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a capacidade de fornecimento de 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto a ser adjudicado (item **4.2. Tabela Demonstrativo de Especificações e Quantitativos:**), em um único fornecimento ou em diversos fornecimentos;

8.2.5.1.2. Cadastro no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. De acordo com a sistemática adotada pelo Decreto Municipal nº 62.100/2022 e pela Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, a pesquisa de preços deverá ser efetuada, de forma combinada, no Banco de Preços e Cotações no Portal Nacional de Contratações, pesquisa em mídia especializada, listas de instituições privadas renomadas na formação de preços, sítios especializados, banco de preços praticados na Administração Pública, em aquisições com outros entes públicos ou de múltiplas consultas no mercado, sendo que o resultado de referência deve ser aferido a partir da média global dos preços obtidos (desconsiderando-se os inexequíveis e os excessivamente elevados). Sobre a aferição da média global dos preços praticados no mercado, o Tribunal de Contas da União (T.C.U.) tem como praxe administrativa, e orientação consolidada, a utilização de no mínimo 03 (três) preços de fornecedores distintos;

9.2. Todavia, a experiência afora tem indicado que quando a administração amplia as fontes de pesquisa para além de três orçamentos, e realiza a correta depuração dos valores pesquisados, os resultados são bons. Quanto maior o número de informações, mais próximo o valor vai estar do praticado no mercado;

9.3 Esclarecemos que o custo estimado total será preservado nos termos do artigo 18, §1º da Lei 14.133/2021 que assim dispõe: *“VI – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculos e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação”*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Subprefeitura Sé, conforme dotação programática: 49.10.15.452. 4021 .2.341.33903000.00.

10.2. Após a ponderação das aquisições mais recentes, temos que levar em conta a sazonalidade para tal aquisição pretendida neste Termo de Referência, e conforme Art. 32 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 onde diz: *“A publicidade do orçamento da Administração permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, visto que o critério de julgamento adotado para a presente licitação é o menor preço, e observando o disposto no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021”*.

São Paulo, 22 de abril de 2026.



Abrahão de Lellis Pereira
Supervisor Técnico de Limpeza Pública
SUB-SÉ